A MARGINALIDADE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO NORTE DE MINAS GERAIS NA BANCADA PARLAMENTAR MINEIRA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

THE MARGINALITY OF THE POLITICAL REPRESENTATION OF NORTHERN MINAS GERAIS IN PARLIAMENTARY BENCH MINING DURING THE FIRST REPUBLIC

Vítor Fonseca Figueiredo*

Resumo: O presente artigo apresenta análises relativas à configuração da política interna mineira durante a Primeira República (1889-1930). O estudo aborda como as relações coronelistas presentes na política estadual influenciaram no espaço ocupado pelas diversas regiões do Estado na representação parlamentar mineira na Câmara Federal. A intenção é apresentar como regiões economicamente mais prósperas de Minas Gerais conseguiram inflacionar as suas representações em detrimento das de áreas política e economicamente mais tradicionais e periféricas, a exemplo da região norte do Estado. O pobre Norte de Minas teria se consolidado em um esquema capaz de preservar, por longos períodos, os postos de seus coroneis ao passo que abria espaços, na representação parlamentar de seu distrito, para a acomodação de "estrangeiros" bem quistos pela cúpula do Partido Republicano Mineiro/PRM. Assim, reforçavam-se as alianças entre os coroneis de uma região periférica com algumas das lideranças do PRM oriundas de áreas politicamente mais centrais. A estrutura do partido, portanto, não primou pela equidade política regional. Até 1930, a partilha do poder mineiro se pautou num arranjo político hierarquizado e desigual. Tal situação fica nítida quando abordamos as estratégias de dois coroneis norte-mineiros para se manterem na relação de aliados preferenciais do PRM. A consecução destas análises se pautou na consulta de documentos de cunho privado, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, a exemplo de correspondências e de telegramas trocados entre os coroneis do Norte de Minas com algumas eminências do PRM. Além disso, foram utilizados estudos anteriormente produzidos acerca da política mineira do período.

Palavras-Chave: Representação parlamentar; Norte de Minas Gerais; Marginalidade.

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros. Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Monitoria da UFJF. Atualmente tem se dedicado à pesquisas acerca da cultura política e do parlamento brasileiro durante a Primeira República. Endereço de e-,mail: ffvitor@msn.com

Abstract: The article analyzes the politics of the State of Minas Gerais in Brazil during the First Republic (1889-1930). The study discusses how coronelistas relations present in state politics influenced the space occupied by various regions of Minas Gerais parliamentary representation of the State in the Federal House. The goal is to show how prosperous regions of Minas Gerais managed to increase its representations to the detriment of traditional political and economic regions, such as the northern region of the State. The North of Minas has consolidated a schema capable of preserving, for long periods, as their representatives, "colonels", while that opened spaces for the accommodation of "foreigners" indicated by the Partido Republicano Mineiro/PRM. Therefore, the structure of the party did not defend a fair regional policy. Until 1930, the Division of power in Minas Gerais marched in a tiered and unequal political scheme. This becomes clear when we talk about the strategies of two colonels norte-mineiros to remain in the relationship of PRM preferential allies. The achievement of these analyses was achieved through consultation of documents of private nature, under the guardianship of the Arquivo Público Mineiro, the example of telegrams exchanged between the colonels of North of Minas with few Eminences of the PRM. In addition, we use produced studies about the policy of Minas Gerais in the period.

Keywords: Parliamentary representation; Northern Minas Gerais; Marginality.

Ao analisarmos a política brasileira do período da Primeira República, é comum encontrarmos inúmeros relatos de disputas e conflitos políticos. De norte a sul do país vários foram os embates entre coroneis e grupos faccionais que resultaram em atentados, morticínios ou em acirradas pugnas eleitorais. Muitas das quais, solucionadas por complicados acordos. Na verdade, a dimensão do conflito, da violência e da divisão faccional são elementos intrínsecos ao sistema político da Primeira República, ao passo que apenas o grupo vencedor era agraciado com as sinecuras do governo estadual e federal. Esta situação, portanto, conferia às relações sócio-políticas, de âmbito local e regional, elevado grau de competição e instabilidade capazes de resultar em atos extremados de perseguição e violência.

Todavia, acreditar que as disputas se davam com o único e exclusivo objetivo de angariar benefícios do governo estadual é uma concepção simplista. Muito embora os coroneis estivessem numa fase de decadência socioeconômica e, portanto, cada vez mais ávidos por empregos e favores, o que também estava em jogo era a manutenção de uma intricada rede de alianças e compromissos.

A historiografia relativa à Primeira República é uníssona ao afirmar que os conflitos decorrentes do sistema político então vigente no Brasil estão diretamente associados ao sistema coronelista. De acordo com o clássico de

Victor Nunes Leal, "Coronelismo, enxada e voto", o coronelismo nada mais foi do que a combinação de aspectos historicamente singulares resultantes da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo, instituído pela Constituição republicana de 1891, a uma estrutura econômica "inadequada", polarizada entre decadentes homens de posses e os seus humildes dependentes (LEAL, 1986. p.20). Tal sistema, pautado numa complexa rede favores e interesses, era capaz de vincular elementos completamente diferentes em sua estrutura. Isto é, não era apenas o coronel e o agregado que estabeleciam laços de favor e de dependência. Na verdade, estes se estendiam aos demais estratos da política brasileira perpassando desde a cúpula partidária local e estadual até o âmbito das relações federais. É unânime entre os pesquisadores que o arcabouço político brasileiro, até 1930, funcionou com base numa ampla gama de acordos selados entre os mais variados agentes em todos os níveis governamentais. Para Leal, inclusive:

> Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos [...] a posição de chefes de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal (LEAL, 1986, p.43).

Sendo assim, todas as lideranças políticas, desde os simples coroneis interioranos até os próceres da política nacional, de algum modo, estavam intimamente associados por laços de aliança e compromisso. Estes, por sua vez, implicavam em atos de franca fidelidade, mas, sobretudo, de reciprocidade. Quer dizer, em todos os níveis os favores e benefícios concedidos deviam ser retribuídos, em geral, em forma de votos e de apoio eleitoral. Assim, a retribuição possuía uma espécie de efeito cascata, pois, o camponês, com o seu voto, retribuía o amparo socioeconômico dispensado pelo coronel. Este, por sua vez, "pagava" os benefícios recebidos do governo estadual com os seus magotes eleitorais. E o governador, pela "Política dos Estados", apoiava o Presidente mediante o seu reconhecimento e o de sua bancada parlamentar. Ao fim, o voto, conforme sintetiza a historiadora Surama Conde Sá Pinto:

> [...] simbolizava um prova de fidelidade e lealdade às situações estaduais que se traduzia em uma série de prebendas. A despeito das diferenças em termos de cacifes políticos dos atores envolvidos nesse jogo de barganhas e de práticas fraudulentas observadas no período, o voto era essencialmente uma moeda de troca (PINTO, 1998, p.01).

Portanto, como se pode notar, toda a política brasileira estava altamente articulada num esquema coronelista de acordos que ia das bases aos altos estratos governamentais. Em função desta emaranhada teia de relações alguns estudiosos, como Maria de Lourdes de Mônaco Janotti, ressaltaram o coronelismo como uma verdadeira política de compromissos. De acordo com a historiadora:

> O coronelismo se expressa num encadeamento rígido de tráfico de influências. Sua prática política está muito bem estruturada num sistema eleitoral, onde é possível reconhecer todos os seus passos, localizando-os no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal (JANOTTI, 1981, p.11)

De fato, em todas as análises acerca do fenômeno do coronelismo, um dos aspectos que salta aos olhos é o dos compromissos, seguidos diretamente pelos atos de franca reciprocidade. Estes dois elementos, juntos, constituíam os verdadeiros vértices do aparelho político piramidal simbolicamente esboçado por Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1981) na citação acima. Ademais, possibilitavam a perpetuação do sistema coronelista. Tanto que, quando advieram alterações legais e conjunturais que dificultaram o estabelecimento dos antigos compromissos, o sistema entrou em processo de colapso. Estas alterações se referem, especialmente, às modificações na Lei Eleitoral, em 1916, que retirou a atribuição das câmaras municipais de fazerem o alistamento e as apurações. Outras mudanças foram a criação do cargo de prefeito e a concessão do direito de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade aos juízes federais e estaduais, a partir de 1926 (QUEIROZ, 1976. p.183-185).

A teia de relações era complexa e muito delicada. Interesses diversos estavam envolvidos em todas as relações políticas. Do manejo destes interesses e de sua satisfação dependia, muitas vezes, o sucesso político local e até mesmo estadual no conjunto da federação. Como se sabe, alguns Estados brasileiros nunca conseguiram unir ou satisfazer os anseios de suas diferentes facções. Estados como a Bahia e o Rio de Janeiro apresentaram, durante toda a Primeira República, profundas divisões faccionais que comprometeram a sua força em nível federal (FERREIRA, 1989). Outros, a exemplo de Minas Gerais, embora não fossem imunes aos conflitos intraoligárquicos, conseguiram estabelecer formas de "apaziguar" os diferentes interesses internos de seus grupos e, assim, lhe permitir maior força na arena federal (FIGUEIREDO, 2010. p.79-93).

Ao que tudo indica, o arcabouço político piramidal ou estratificado da Primeira República teve, em Minas Gerais, um campo fértil. Afinal, a

formação do partido estadual se baseou numa estrutura pretensamente colegiada. Na verdade, o Partido Republicano Mineiro/PRM, para muitos analistas, constituiu um verdadeiro comitê de coronéis e super-coronéis. Estes, por meio de retaliações e inúmeros conchavos, conseguiram transformar a agremiação num hábil mecanismo oligárquico capaz de administrar as divergências mineiras de modo a, na maioria das vezes, manter a coesão, a estabilidade e a supremacia política do Estado no conjunto da nação. Deste modo, segundo o historiador John Wirth: "Com o PRM, Minas desfrutou de uma estabilidade política não conseguida por nenhum partido republicano em outro lugar, a exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul" (WIRTH, 1982, p.162).

Para um Estado detentor de grandes dimensões e variadas características intra-regionais, a estrutura colegiada do PRM, em tese, seria perfeita, pois, com representantes de todos os cantos do Estado, seria mais fácil de alcançar o ideal congraçamento de interesses. Todavia, a tese não se tornou prática, isto porque, desde a sua formação, o partido não primou pela equidade política regional e, muito menos, pela equanimidade dos seus sete distritos eleitorais. Até 1930, a partilha do poder mineiro se pautou numa classificação política hierarquizada e profundamente desigual.

Nesta partilha, enquanto as áreas economicamente mais prósperas do Estado ficaram com a direção da Comissão Executiva do PRM e com o maior número de postos de representação federal; às áreas menos dinâmicas, como o Norte, restou apenas a participação política em níveis restritos e marginais. Dados levantados por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, acerca da composição da elite mineira, entre 1889 e 1930, comprovam tal assertiva. Segundo a historiadora, a Zona da Mata, o Centro e o Sul foram as principais áreas abastecedoras dos quadros políticos estaduais com índices de 36, 20 e 18%, respectivamente (VISCARDI, 2000, p.03). Já as demais áreas, o Norte, o Leste, o Oeste e o Triângulo, responderam, em conjunto, por apenas 24% do total.

Embora tais números revelem, por si só, a desproporcionalidade da política mineira; de certo modo, eles refletem também a diferenciada distribuição populacional, eleitoral e econômica do Estado. Afinal, as três principais áreas políticas, além de serem as mais densamente povoadas eram também as que detinham os melhores indicadores econômico-financeiros. Para se ter ideia, o Centro, sede da capital, possuía 16% da população mineira e 19% do eleitorado, entre 1920 e 1921. A Mata e o Sul, polos econômicos desenvolvidos em razão do café, detinham cada qual 24 e 21% da população estadual e 18 e 21% do eleitorado. Em comparação, o Norte, área considerada isolada, distante e pobre, apresentava, no mesmo período, cifras populacionais em torno de 15% e eleitorais de 9% (WIRTH, 1982, p.193).

Tabela 1-Eleitores registrados e população por zona (1898-1921)[1]

Zona	Eleitores 1898	População 1900	Eleitores 1921	População 1920
População	173,118	3.594,471	313,031	5.888,174
Centro	22%	25%	19%	16%
Mata	23	18	24	18
Sul	16	20	21	21
Triângulo	8	6	7	6
Oeste	11	11	11	12
Norte	13	16	9	15
Leste	7	4	8	11

Não bastasse as discrepâncias regionais assinaladas por esses indicadores, uma regra não escrita, informal, mas comumente adotada pelo PRM contribuía para agravar o quadro de desigualdade política intra-regional. Isto é, conforme relatos de João Camilo de Oliveira Torres (1962), o recrutamento político em Minas Gerais, tanto no que se refere à distribuição de cargos eletivos quanto aos de nomeação, ficava inexoravelmente a cargo da Comissão Executiva do PRM. De posse deste valioso instrumento, a cúpula partidária detinha total autonomia para selecionar os indivíduos que comporiam os quadros da política estadual, em seus mais diversos níveis e localidades. Assim, o partido possuía plena liberdade para, se necessário, fazer e desfazer alianças a cada eleição, ou seja, para qualquer coronel, satisfazer os interesses da Tarasca[2] do partido, bem como do governador, era condição *sine qua non* para se manter na lista de aliados preferenciais da agremiação mineira.

Deste modo, no que se refere à distribuição de cargos eletivos a atenção era redobrada. Antes do início do processo eleitoral havia a formação da chapa oficial. Nesta fase, cada distrito indicava alguns nomes para serem analisados pela Comissão Executiva que, após suas escolhas, homologava e divulgava as candidaturas de sua legenda. Era neste processo de seleção que imperava a regra informal do PRM, ou seja, "[...] dando a lei eleitoral cinco deputados por distritos, adotava-se a seguinte orientação: alguns candidatos da terra, de confiança dos chefes locais, representavam os interesses regionais – outros, indicados pelo governo, homens de talento e cultura, mas sem prestígio, compunham as chapas" (TORRES, 1962, p.56).

[1] Fonte dos dados da Tabela 1: WIRTH, John. **O Fiel da Balança:** Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.193.

[2] O termo "Tarasca" é comumente utilizado para designar a cúpula do Partido Republicano Mineiro/PRM durante a Primeira República, mais especificamente após a reorganização do partido em 1906.

Ainda que aparentemente simples esta etapa de formação da chapa oficial era de fundamental importância, visto que, ser incluído na relação de políticos preferenciais do PRM constituía um tipo de vitória parcial, na qual, os candidatos oficiais teriam a sua disposição toda uma rede de apoio há muito articulada. Ademais, sinalizava a preferência do partido por determinados candidatos. Já os que se arriscavam a concorrer "extra-chapa" incorriam em uma aventura incerta, até mesmo para os chefes tradicionais, que nas urnas podiam sair consagrados, mas pelo "bico de pena", pela diplomação ou pela "degola", podiam ser facilmente rechaçados.

O uso da fraude, em todos os níveis políticos durante a Primeira República, era recorrente. Atas contendo o resultado dos pleitos podiam ser falsificadas, eleitores analfabetos se tornavam "alfabetizados" perante as autoridades e candidatos indesejados, mas eleitos, poderiam não ser diplomados ou, se habilitados, não tomariam posse por não terem os seus diplomas reconhecidos. Esta derradeira alternativa ficou comumente conhecida como a "degola".

Ao compulsarmos o acervo pessoal de um dos principais nomes da política norte-mineira durante a Primeira República, isto é, do deputado Camillo Filinto Prates, é fácil encontrar telegramas informando da sua inclusão na chapa do Partido Republicano Mineiro pela iniciativa da cúpula da agremiação ou de algum aliado. Porém, o documento que chama mais a atenção é a correspondência enviada por João Pandiá Calógeras acerca da intenção de Prates em concorrer, em 1903, à uma cadeira da Câmara Federal. Ao longo da missiva o panorama político norte-mineiro é minuciosamente avaliado, inclusive em números, e a possibilidade de uma candidatura extra-chapa é considerada, mas Calógeras advertiu: "Para [...] falar-te, sem embargo das agruras que uma eleição extra-chapa sempre traz, tenho bastante autoridade moral [...]"(CALÓGERAS, 1902). Calógeras foi um dos intelectuais recrutados pelo Partido Republicano Mineiro para a sua bancada parlamentar. Sem bases eleitorais próprias ele dependia diretamente dos coroneis do PRM. Por isso, conhecia muito bem as dificuldades sofridas por um candidato fora da chapa oficial.

Em meio à vigência da regra informal do PRM de reservar vagas aos intelectuais, a obtenção de uma candidatura oficial nos distritos mais recônditos podia dificultar as aspirações de alguns coroneis e, até mesmo, de algumas lideranças. Contudo, o real objetivo deste método de reserva de vagas era o de proporcionar uma renovação dos quadros políticos do Estado por meio do recrutamento de homens de confiança dotados de grande potencial.

Todavia, na prática, a regra não valia de modo equitativo para todos os distritos. Em geral, o preceito era aplicado apenas às zonas do Estado politicamente menos influentes. E, em várias oportunidades, as áreas majoritárias na Comissão Executiva não lançaram mão deste recurso para recru-

tar novos elementos, mas para deslocar o excedente de seus representantes para serem eleitos em outras áreas. Não bastasse este aspecto, quando este recurso era realmente utilizado a favor da sagração de intelectuais, estes, simplesmente, não representavam o distrito em que foram eleitos, mas sim o do chefe estadual que viabilizou sua entrada na vida pública.

Deste modo, enquanto as representações do Centro, do Sul e da Mata eram inflacionadas, as do Norte, Leste e Oeste ficavam defasadas. O sétimo distrito, por exemplo, formado pelas regiões Norte e Nordeste de Minas, entre 1906 e 1930, ocasionalmente foi vítima deste tipo de situação. Assim, quando a Tarasca do PRM não conseguia alocar todos os candidatos em seus distritos de origem, várias vezes a tarefa de elegê-los foi legada aos coronéis do Norte. Este tipo de situação fica muito nítida ao observarmos o telegrama enviado, em 18 de janeiro de 1921, por Artur Bernardes para Afrânio de Melo Franco: "Conforme ontem lhe telegrafei, reuniu-se a Comissão Executiva a 17, tendo tudo corrido bem. Devido ao grande aperto na lista dos candidatos pelo Triângulo, foi necessário que V. continuasse como candidato pelo 7° [distrito]" (FRANCO, 1955. p.986).

Ainda conforme o relato de Afonso Arinos de Melo Franco:

> O Longínquo 7º Distrito, vasto sertão são-franciscano, era uma espécie de terra de ninguém, onde se abriam oportunidades para intelectuais como Peixoto ou Calógeras, cuja situação eleitoral, nas próprias zonas, não fosse muito garantida. [...] o próprio Melo Franco seria deslocado para lá (FRANCO, 1955, p.907).

Apesar do autor supracitado ter considerado o sétimo distrito uma "terra de ninguém", pelo fato de abrigar políticos de outras regiões em detrimento dos seus, ao analisarmos as relações de deputados federais eleitos pela circunscrição entre 1906 e 1930, período de atuação do novo PRM e do novo mapeamento político estadual[3], percebemos uma situação muito diversa. Ao longo destes vinte e quatro anos, poucos foram os casos de deslocamento de políticos de outras áreas para o sétimo distrito. Após a reorganização do PRM, novos casos só voltaram a ocorrer a partir 1915, quando Carlos Peixoto foi eleito para a 9ª legislatura; Calógeras, para a 10ª; Melo Franco para a 11ª e Nelson de Sena para a 11ª e 13ª.

[3] Dentre as alterações advindas com a lei n.1269, de 15 de novembro de 1904, também conhecida como Lei Rosa e Silva, ficou definido, pelo artigo n.58, um novo ordenamento político-distrital. Ademais, a lei trouxe alterações no que diz respeito às condições de elegibilidade e inegibilidade aos cargos federais.

Tabela 2 - Relação de Deputados Federais deslocados pelo PRM para o sétimo distrito entre 1906 e 1930[4]

Deputado	Período	Região de Origem/ Cidade
Carlos Peixoto	9ª Legislatura (1915-1917)	Zona da Mata / Ubá-MG
João Pandiá Calógeras	10ª Legislatura (1918-1920)	Rio de Janeiro / RJ
Afrânio de Melo Franco	11ª Legislatura (1921-1923)	Oeste / Paracatu-MG
Nelson Coelho de Sena	13ª Legislatura (1927-1929)	Centro / Serro-MG

Outro importante dado capaz de ser apurado pela análise da lista de deputados federais do sétimo distrito é o de que, ao contrário da afirmação de Afonso Arinos de Melo Franco, a região possuía fortes representantes, por sinal, antigos e muito bem definidos. Em todo o período selecionado a rotatividade das cadeiras federais da região foi muito pequena, na verdade, circunscrita a apenas sete nomes: José Bento Nogueira, Manuel Fulgêncio Alves Pereira, Honorato José Alves, Epaminondas Esteves Otoni, Lindolfo Caetano de Sousa e Silva, Camillo Philinto Prates e Elpídio Martins Cannabrava.

Se analisados isoladamente, podemos apurar que três desses representantes, Manuel Fulgêncio, Honorato Alves e Camillo Prates, estiveram presentes por mais de vinte anos na bancada mineira da Câmara dos Deputados. Fulgêncio, inclusive, constituiu um caso excepcional de deputado que acompanhou a representação do Estado da primeira à última legislatura do período da Primeira República de modo ininterrupto, isto é, de 1891 a 1930.

Já Epaminondas Otoni e José Bento não tiveram carreiras tão longas quando a de Fulgêncio, Alves e Prates. No entanto, cada qual se fez presente na representação norte-mineira, entre 1906 e 1930, por períodos de dez e oito anos, respectivamente. Na verdade, tanto José Bento quanto Lindolfo Caetano haviam exercido o mandato de deputado federal em legislaturas anteriores à era do novo PRM (1906-1930). Sendo assim, o político da região que atuou em apenas um mandato foi Elpídio Canabrava.

[4] Fonte dos dados da Tabela 2: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista na República.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, v.2. p.810; 905; 987; MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v. p.413;124-125;269;628.

Tabela 3 - Relação de Deputados Federais do sétimo distrito eleitos entre 1906 e 1930[5]

Deputado	Legislatura/Período	Região de origem/ Cidade
José Bento Nogueira	6ª; 7ª; 8ª (1906-1914)	Norte / Minas Novas-MG
Manuel Fulgêncio Alves Pereira	6ª; 7ª; 8ª; 9ª; 10ª; 11ª; 12ª; 13ª (1906-1929)	Norte / Minas Novas-MG
Honorato José Alves	6ª; 7ª; 8ª; 9ª; 10ª; 11ª; 12ª; 13ª (1906-1929)	Norte / Montes Claros-MG
Epaminondas Esteves Otoni	6ª; 7ª; 8ª; 9ª; 10ª (1906-1920)	Nordeste / Teófilo Otoni-MG
Lindolfo Caetano de Sousa e Silva	6ª (1906-1908)	Norte / Januária-MG
Camillo Philinto Prates	7ª; 8ª; 9ª; 10ª; 11ª; 12ª; 13ª (1909-1929)	Norte / Montes Claros-MG
Elpídio Martins Canabrava	13ª (1927-1929)	Norte / São Francisco-MG

Portanto, mediante esses dados, é fácil concluir que a assertiva de Afonso Arinos de Melo Franco está parcialmente incorreta, pois, o sertão do São Francisco possuía mandões estáveis e atuantes sedimentados com suas vastas parentelas, especialmente nas cidades pólo de Minas Novas, Montes Claros e Teófilo Otoni. No entanto, quando necessário, os líderes regionais sabiam ser receptivos aos "estrangeiros" designados pela Tarasca do PRM. Isto porque, a maior parte deles, sobretudo Camillo Prates e Honorato Alves, tiveram suas carreiras respaldadas em alguns dos próceres da política mineira. Nestas condições, refutar os deslocamentos distritais articulados pelo comando do partido estadual era algo inconcebível ou, até mesmo, passível de retaliação.

Em seu estudo sobre Minas Gerais, "O fiel da balança: Minas Gerais na federação Brasileira (1889-1937)",Wirth (1982) observou que a trajetória dos deputados Prates e Alves, ambos de Montes Claros, constitui um perfeito exemplo de como funcionou a política estadual até 1930. De fato, a atuação destes dois parlamentares, ou antes, destes dois coroneis rivais, nos permite ilustrar como se articulava a rede coronelista mineira. Em âmbito local e regional, a dupla liderava amplos e tradicionais grupos faccionais que

[5] Fonte dos dados da Tabela 3: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Um estadista na República. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, v.2. p.472; 618; 697; 810; 905; 987.; MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v. p.463; 529-530; 23-24; 493; 654; 559; 142.

disputavam o controle político da pequena Montes Claros e de sua micro-região. Mas, em termos estaduais e federais, constituíam meros tributários de lideranças superiores de outras áreas.

Localizada no Norte do Estado de Minas Gerais, Montes Claros, durante a Primeira República, constituía uma cidade com cerca de cinquenta e dois mil habitantes (VIANNA, 1916, p.191). O município possuía uma base econômica tradicional, pautada, sobretudo, em produtos agropecuários. A grande distância que separava Montes Claros da capital mineira, aproximadamente quatrocentos e cinquenta quilômetros, além da falta de energia, de boas vias de transporte, das secas periódicas e da escassa assistência financeira governamental, criou condições favoráveis ao parco desenvolvimento socioeconômico e ao florescimento de relações de favor, características do sistema coronelista. Até 1930 a cidade se encontrou dividida política e socialmente em função de dois grupos de parentela rivais: "Chaves, Prates e Sá", liderados pelo Deputado Federal Camillo Filinto Prates, e "Alves, Versiani e Veloso", capitaneada pelo também Deputado Federal Honorato José Alves. Foram estes grupos e seus coroneis que deram a tônica de boa parte das questões sócio-políticas norte-mineiras durante a Primeira República.

Honorato Alves, por exemplo, após iniciar sua vida pública em Montes Claros, ocupando algumas vezes a presidência da Câmara Municipal, só obteve projeção à bancada federal após o seu enlace com Violeta de Melo Franco, filha de um dos grupos político-familiares mais denotados do Estado. De acordo com Wirth: "[...] o casamento de Honorato com a filha do Senador Virgílio de Melo Franco ligou-o ao círculo dos fundadores da Escola de Direito de Ouro Preto e aos clãs do Oeste e Norte. Afrânio de Melo Franco era seu cunhado e o jovem Virgílio, sobrinho por parte da mulher" (WIRTH, 1982, p.224).

Em termos políticos, a associação de Honorato aos Melo Franco teve vários resultados. O primeiro foi a íntima ligação a um grupo de parentela de reconhecida e denotada trajetória política, capaz de lhe abrir importantes portas no circuito da elite estadual. O segundo foi a aproximação da corrente do PRM, liderada pelo senador sul-mineiro Francisco Sales, apoiado pelos Melo Franco. E o terceiro foi a relativa ligação a um grupo de políticos de uma nova geração, advinda da ascensão de Artur Bernardes ao governo do Estado, em 1918. Mais crítica e comprometida com reformas, a eclosão dessa segunda geração republicana se fez sentir em vários Estados. Em Minas, uma das lideranças em ascensão dessa nova corrente era justamente um sobrinho de Honorato, Virgílio de Melo Franco. (VISCARDI, 2001, p.333).

Todavia, essa proximidade de Honorato com a facção de Francisco Sales, o "Salismo", e com um quadro de políticos mais jovens e críticos não trouxe alterações significativas no modo de agir do seu grupo em Montes Claros. Pelo contrário, concomitantemente a ascensão das novas lideranças mineiras, entre 1915 e 1930, as rivalidades e as tradicionais práticas corone-

listas tornaram-se ainda mais evidentes em função do aprofundamento, em número e grau, das escaramuças locais.

Ademais, é importante salientar que, a aproximação de Honorato a uma ala renovada do PRM não significou sua imediata adesão ao líder dessa geração, ou seja, a Bernardes. Curiosa e contraditoriamente, foi o grupo dos "Prates", o mais conservador de Montes Claros, que logo se aproximou da nova liderança estadual. A explicação para esta situação reside na necessidade dos "Prates" em se amparar em um novo prócer do PRM após a morte, em 1917, do seu principal aliado: Chrispim Jacques Bias Fortes[6]. Já para os "Alves" a aliança não interessava de imediato, uma vez que ostentavam o discurso de franca fidelidade ao PRM, e, também, por já estarem vinculados a alguns indivíduos dessa nova geração.

Mesmo assim, em comparação com a parentela "Chaves, Prates e Sá" os "Alves, Versiani e Veloso" sempre constituíram um grupo mais aberto e receptivo às mudanças. Não é em vão que em seus quadros figuraram uma maior quantidade de médicos, farmacêuticos, magistrados, escritores e fazendeiros envolvidos com rotineiras tentativas industriais e de melhoramento urbano, como a canalização da água potável e a distribuição de energia elétrica. Acerca deste aspecto a historiadora Evelina Antunes tem opinião semelhante. Para ela:

> Ao correlacionarmos os sobrenomes familiares e os empreendimentos econômicos, verificamos que ['Alves, Versiani e Veloso'] [...] ou o partido de cima podem ser atribuídas posições mais favoráveis à indústria, enquanto aos [...] ['Chaves, Prates e Sá'] ou partido de baixo estão ligados os tradicionais criadores e comerciantes de gado. (OLIVEIRA, 2000, p.41).

De fato, mais voltados para iniciativas econômicas tradicionais, em comparação ao grupo dos "Alves", os "Chaves, Prates e Sá" eram mais resistentes às mudanças, basta lembrar o posicionamento contraditório de Camillo Prates no final do Império: abolicionista, mas também monarquista. Na verdade, o próprio Camillo Prates pertencia ao período da primeira geração republicana, grupo formado basicamente por "[...] Históricos e adesistas, os quais haviam sido responsáveis pela consolidação do novo regime no estado e pela formação do PRM" (VISCARDI, 2001, p.333).

Não obstante este aspecto, o grande pilar de sustentação política de Prates, até 1917, foi outro tradicional político mineiro: Bias Fortes. Colegas desde os tempos do Império, quando os dois compuseram a bancada do Partido Liberal na Assembleia Legislativa Provincial, Prates e Bias Fortes

[6] Chrispim Jacques Bias Fortes (1847-1917) foi um dos principais nomes da política mineira até 1917. Mineiro de Barbacena Bias Fortes assumiu o cargo de senador, deputado estadual e governador em várias ocasiões. Todavia, Bias Fortes se notabilizou por também dirigir uma das facções do Partido Republicano Mineiro, os chamados "Biistas".

mantiveram, durante a República, forte contato. Em algumas ocasiões, Bias Fortes deixou claro o seu apoio ao amigo. Em uma delas, quando Prates manifestou a intenção de abandonar a política, Bias Fortes lhe convocou a rever o assunto e ofereceu a possibilidade de mudança do sétimo distrito, no Norte, para o do Centro, onde teria maior visibilidade e possibilidade de ascensão. De acordo com sua missiva: "[...] se quizeses sair deste circulo limitado do Estado para o Centro, se é este o teo pensamento, asseguro-te prospero futuro por ter fé no teo trabalho intellectual e honradez. Sabes que poderás sempre convencer-se de que, aqui ou ali, estarei ao teo dispor por ser teo amigo de sempre [...]" (BIAS FORTES, 1894).

A relação entre Bias Fortes e Prates evidencia muito bem a estratificação e articulação da política mineira. O primeiro tornou-se, na República, um dos nomes mais expressivos da política estadual e um dos três principais líderes do PRM. O segundo, uma eminência regional, prestigiada no Norte de Minas, chefe de vários coroneis, mas dependente do respaldo de um "super-chefe", cujo apoio e confiança deviam ser sabiamente cultivados.

O esmero com relação a Bias Fortes fica muito evidente nas correspondências de Prates com os amigos, especialmente quando da sua intenção, em 1902, de ocupar um cargo na representação mineira na Câmara Federal. Para Prates havia o receio de que Bias Fortes se opusesse à sua candidatura e não lhe conferisse apoio, sobretudo, se fosse "extra-chapa". A delicada situação de receio e impasse gerou até mesmo uma cômica frase de seu primo, senador e futuro Ministro da Viação dos governos Nilo Peçanha e Arthur Bernardes, Francisco Sá: "Não te estréias a vir este anno ao Rio? Ou estás definitivamente crystallizando em Bias?" (SÁ, 1902). No entanto, após sondagens de Calógeras, o chefe de Barbacena teria acenado positivamente para a candidatura e declarado que: "[...] absolutamente não impediria tua apresentação nessas condições, e que acreditava em tua victoria, dados os elementos de que dispões" (CALÓGERAS, 1902).

Ao analisarmos a aliança entre Bias Fortes e Prates é interessante salientar que para ambos o consórcio era benéfico. Conforme observa o cientista político Antônio Octávio Cintra: "Uma 'situação' estadual resultava da composição de líderes de uma área com líderes de outras, onde alguns adquiriam proeminência, até chegar-se a uma coalizão suficiente para garantir a vitória eleitoral e o controle da máquina estadual" (CINTRA, 1972, p.37). Sendo assim, por um lado, Bias Fortes garantia bases de apoio no extremo norte do Estado; por outro, Prates ganhava o respaldo de um nome altamente expressivo na cúpula do PRM, especialmente nos momentos de formação das chapas oficiais. Tal situação, por sinal, ficou evidente em uma das correspondências trocadas entre os dois, em 1914, na qual, Bias Fortes deixou claro ao amigo o assédio que vinha sofrendo por parte de outros políticos interessados em seu apoio. Ademais, declarou a indisposição do

governo estadual com relação à sua candidatura, mas apesar disso possuía um compromisso com ele e, por isso, o avalizaria:

> Seja o principio outro de parabens ao caro por ter sido recommendado, como candidato [...]. Deves saber que recebi telegrammas do Dr Honorato solicitando a minha intervenção de forças de sua candidatura.
>
> Tive carta do nosso collega, do Senado, Dr Virgilio, pedindo para esforçar-me pela apresentação do Dr Afrânio. Ao segundo respondi que me era impossivel esforçar pelo que pediu pois, de há muito, achava-me compromettido consigo.
>
> Em Bello Horizonte, parece-me, que os políticos do governador, querem qualquer, contanto que ñ fosse o amigo.[...] Em resposta escrevi-lhe que eu tinha em meo poder quatro delegações, quaes, Januaria, S. Francisco, Contendas e Paracatu que, com a de Grão Mogol, que estava em seu poder, perfazião o total de cinco indicações de seu nome e para isso [...] com a apresentação de seu nome, fizesse a recomendação, a que prestarão assignaturas tanto eu como Custódio Martins. [...]
>
> Enfim deves estar contente, por que antes tarde do que nunca. [...] que tenhas esplendida votação e que na Camara representes sempre o papel que sempre [...] tens representado no Congresso estadoal (BIAS FORTES, 1914).

Portanto, como se pode notar, ambos os congressistas de Montes Claros detinham suas carreiras respaldadas por alianças costuradas com eminências da política estadual. Alianças algumas vezes estáveis, outras transitórias. Mas, via de regra, ambas deviam ser cuidadosamente mantidas. Como afirmado anteriormente, apesar da estabilidade dos seus líderes, a representação do Norte ocupava uma posição de relativa marginalidade no conjunto estadual.

Rotineiramente marcada por conflitos políticos, familiares e pessoais, a bancada do sétimo distrito nunca conseguiu formar um conjunto forte e coeso capaz de se impor no PRM. De acordo com observações feitas por Francisco Sá, em 1902: "A representação do [...] districto está completamente esphacelada: só mantem força o Lindolpho. O Eduardo Pimentel mantem o unico valor que tinha: o valor de uma mediocridade, que a ninguém faz sombra. O Olegário tem agora o seu eleitorado de Patos [de Minas] dividido" (SÁ, 1902).

Se, em termos coletivos, a representação do Norte era incipiente, em termos individuais, a situação não era muito distinta. Líderes regionais incontestes, detentores de extensas trajetórias parlamentares, como Camillo Prates e Honorato Alves, nunca ocuparam posições-chave nas esferas estadual, federal e muito menos no Partido Republicano Mineiro. Como tributários de outras lideranças, ambos os parlamentares encarnavam, mais propriamente, o papel de coroneis, ou melhor, de mediadores nas intricadas relações entre o centro e as periferias.

Conforme os estudos de Cintra, o conceito de mediação coaduna perfeitamente com a política tradicional brasileira, sobretudo com o que se convencionou a chamar de coronelismo. Segundo o pesquisador:

> A ideia de mediação entre instituições políticas do "centro" e populações locais situa o problema em contexto mais amplo, qual seja o dos arranjos que se formam, na história das sociedades, quando se trata na expressiva colocação de Oto Hintze, "de organizar politicamente espaços relativamente grandes com a ajuda de meios de uma civilização não desenvolvida" (CINTRA, 1972, p.31).

Por esta perspectiva, podemos facilmente compreender o coronelismo como um arranjo tipicamente tradicional, estruturado numa rede de relações destinadas à mediação dos dois polos de um mesmo sistema. Quer dizer, entre as populações residentes no interior e as instituições político-administrativas sediadas no centro.

Ao analisarmos a atuação dos deputados montesclarenses, podemos perceber como cada um deles procurou exercer a difícil e arriscada tarefa da "mediação". Difícil porque, como mencionado, tanto Camillo Prates quanto Honorato Alves gravitavam na órbita de chefes diferentes do PRM e, durante os momentos eleitorais e de crise política estadual e federal, ambos tinham de se esforçar para conciliar os interesses de suas bases e os dos seus chefes. A tarefa não era nada fácil. Afinal, num campo político disputado por dois líderes havia a possibilidade, sempre eminente, da deserção de elementos de suas bases para as hostes do grupo rival. Quando isso não ocorria havia a probabilidade dos aliados não se tornarem infiéis, mas, de se absterem do processo eleitoral.

Portanto, embora muitas explicações acerca do funcionamento do coronelismo passem a impressão de que o sistema articulava-se de modo simples, rígido e esquemático, na verdade, sua articulação era extremamente complexa. E, neste arcabouço político, a situação mais delicada era, sem dúvida, a dos líderes, ou mais especificamente, dos mediadores. Estes, por possuírem, na maioria das vezes, cargos parlamentares, ficavam por meses afastados de suas bases, cujo controle era delegado aos aliados. Em geral algum parente ou nome de extrema confiança na condução dos magotes eleitorais.

Todavia, a situação do mediador não deixava de ser precária, pois se o líder passava alguns tempos junto às bases era acusado de omisso às funções parlamentares para as quais foi eleito. Se permanecesse por longas temporadas nas capitais era tido por negligente com relação à sua região. O necessário absenteísmo, portanto, era uma espécie de faca de dois gumes.

Deste modo, pode-se notar que a função da mediação era extremamente difícil. Conciliar interesses dos aliados locais, bem como das lideranças estaduais, demandava, na maioria das vezes, o uso de variados estratagemas, especialmente nos momentos dotados de maior grau de tensão e

instabilidade política, a exemplo dos processos eleitorais. Na verdade, ao longo de toda a Primeira República, vários foram os momentos que proporcionaram divergências capazes de cindir verticalmente a elite mineira. Diante destes impasses, a atitude mais sensata a qualquer líder regional que prezasse por sua carreira era a de se manter ao lado do oficialismo estadual, mesmo que seus aliados locais se manifestassem em contrário.

De acordo com Victor Nunes Leal, este tipo de situação acontecia recorrentemente no seio da estrutura coronelista. Afinal, como líder, o coronel comprometia-se com a vitória, mesmo que para isto tivesse de lançar mão de posicionamentos aparentemente incoerentes e contrários à sua facção. Portanto, nestas complicadas situações, valia o seguinte argumento: "não tenho direito de impor aos amigos o sacrifício da oposição". Segundo Leal, "[...] esse argumento, que pode ser insincero, é em substância verdadeiro e procedente, porque o primeiro dever do chefe local é alcançar a vitória, o que significa obter para sua corrente o apoio da situação estadual" (LEAL, 1986, p.42).

Referências

BIAS FORTES, Chrispim Jacques. **Carta para Camillo Philinto Prates.** 22 de julho 1894. Arquivo Público Mineiro. (Arquivo Camilo Filinto Prates), Caixa01, pacotilha 01, documento 06.

BIAS FORTES, Chrispim Jacques. **Carta para Camillo Philinto Prates.** 23 de março de 1914. Arquivo Público Mineiro. (Arquivo Camilo Filinto Prates) Caixa01, pacotilha 03, documento 03.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Carta para Camillo Philinto Prates**. 05 de novembro 1902. Arquivo Público Mineiro (Arquivo Camilo Filinto Prates). Caixa01, pacotilha 02, documento 02.

CINTRA, Antônio Octávio. A Política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre centro e periferia. In: BALÁN, Jorge (Org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: Difel, 1972. p.29-77.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A República na velha província.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Os senhores do sertão:** coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930). 2010. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista na República.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, v.2.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O Coronelismo: uma política de Compromissos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MONTEIRO, Norma Góis (Coord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2v.

OLIVEIRA. Evelina Antunes Fernandes de. **Nova cidade, velha política:** poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000.

PINTO, Surama Conde Sá. Revisitando "velhas" questões: coronelismo e clientelismo na Primeira República. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, VIII, 1998, Vassouras. **Anais...** Vassouras: ANPUH/RJ, 1998. Disponível em: < http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/autor/Surama%20Conde%20Sa%20Pinto.doc> . Acesso em 20 abr. 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SÁ, Francisco. **Carta para Camillo Philinto Prates.**16 de julho de 1902. Arquivo Público Mineiro (Arquivo Camilo Filinto Prates). Caixa01, pacotilha 02, documento 01.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Estratificação social no Brasil.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1962.

VIANNA, Urbino de Souza. **Monographia do Município de Montes Claros** – breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HITÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1. 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2000. CD-ROM.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das oligarquias:** uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WIRTH, John. **O Fiel da Balança:** Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Artigo recebido em 27/04/2012 e aceito para publicação em 13/06/2012.